



CAÇA 'CIENTÍFICA' DE BALEIAS?

"Oficialmente o país [Japão] não caça baleias, mas mata e industrializa cerca de trezentas por ano por motivos científicos, um disfarce tão frágil quanto as fatias de sashimi nas quais uma baleia que foi 'pesquisada' se transforma."

— Revista The Economist, 25 de outubro de 1997.

Quando o chamado programa japonês de caça 'científica' de baleias foi lançado na Antártica, em 1988, a imprensa nacional japonesa divulgou que sua intenção era manter a indústria baleeira funcionando até que um caminho fosse encontrado para reverter a moratória da caça comercial. Desde então, a Comissão Baleeira Internacional (CBI) tem criticado o programa ressaltando que a informação gerada não era necessária para o manejo das baleias e pedindo ao Japão que parasse a pesquisa.

Entretanto, o Japão tem continuado com o programa, que se chama JARPA (Programa Japonês para a Pesquisa Científica na Antártica). A caça é gerenciada pelo Instituto de Pesquisa em Cetáceos (ICR). Apesar de se declarar uma entidade sem fins lucrativos, já na sua fundação, o ICR recebeu a doação de 10 milhões de dólares da indústria baleeira e mantém suas atividades através de cerca de 9 milhões de dólares doados anualmente pelo governo japonês, sem contar os recursos advindos da venda de carne de baleia. Em 1994, o Japão começou um segundo programa de 'pesquisa' no Pacífico Norte e em 1995 aumentou o número de baleias-minke caçadas na Antártica, de 330, para 440 por ano.

A chamada caça 'científica' na Antártica é supostamente planejada para fornecer dados para o controle populacional de baleias, estudando aspectos como a idade relativa da população. O único propósito desses dados é o fornecimento de quotas para a indústria comercial. Dois anos após a fundação do JARPA, a CBI adotou um moderno grupo de regras para o manejo

das populações de baleias que não necessita do tipo de dados produzidos pela caça 'científica'. Os cientistas da CBI, reunidos para revisar o programa japonês após oito anos de sua vigência, concordaram unanimemente que os dados fornecidos pelo JARPA "não eram necessários para o manejo" de populações de baleias. Entre estes cientistas havia até mesmo japoneses.

De qualquer modo, em 1994 a CBI estabeleceu um Santuário de Baleias em todo o Oceano Antártico de forma a proibir a caça de baleias para fins comerciais, independentemente do estado das populações de cetáceos na região. Assim, mesmo que o programa japonês pudesse fornecer dados úteis, eles não seriam mais necessários com a criação do santuário.

A caça 'científica' japonesa claramente não produz informações que sejam necessárias ou mesmo úteis. O único produto importante é a carne de baleia e, nesse ramo, o JARPA é realmente um sucesso. Todos os anos, o navio-fábrica chega da Antártica com cerca de 2 mil toneladas de carne de baleia a bordo. Essa carne alimenta o sistema de distribuição comercial. A folha de balanço do ICR não acusa lucro, mas os vendedores e distribuidores da carne não precisam obedecer ao princípio da não-lucratividade.

E de fato, em 1997, técnicos do ICR anunciaram que a captura na Antártica daquele ano - 1.995 toneladas - seria vendida por 3,5 bilhões de ienes (cerca de 33 milhões de dólares na cotação vigente na época) e que o preço no varejo poderia ser três vezes mais alto. Dessa forma, um rendimento adicional de mais de 60 milhões de dólares seria gerado na rede de distribuição. O próprio ICR é um negócio de bom tamanho: a folha de balanço de 1996/97 mostra um rendimento de 6,8 milhões de ienes (cerca de 64 milhões de dólares) e despesas com relações públicas, assim como com a caça de baleias.



BALEIAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL

A história da caça às baleias, durante o século XX, demonstra claramente que esses animais ainda precisam de uma proteção especial contra as pressões dos mercados. A implacável diminuição das populações pela indústria da caça, na primeira metade desse século, levou à formação da Comissão Baleeira Internacional (CBI), em 1946, órgão responsável, desde então, pela vigilância e conservação das populações de baleias do planeta. Seus fundadores estavam cientes do problema, reconhecido no próprio texto da convenção:

"Considerando que a história da caça tem revelado a captura predatória de baleias, região após região e espécie após espécie, em um nível tão elevado, é essencial proteger todas as espécies de baleias da captura indiscriminada."

Entretanto, apesar de reconhecer claramente as lições do passado, a CBI tem sido incapaz de controlar a caça. Em suas tentativas de conduzir manejo científico das populações, as baleias-azuis da Antártica estiveram à beira da extinção, com perda de 99% da sua biomassa¹. A caça da baleia-azul, o maior mamífero do planeta, foi banida em 1966, mas a sua população mostra poucos sinais de recuperação. A indústria, então, concentrou seus esforços de captura na segunda maior baleia do planeta – a baleia-fin. Esta espécie perdeu cerca de 95% de sua biomassa, e começou a ser protegida em 1976. A próxima espécie vítima da caça industrial na Antártica foi uma baleia menor que a fin, a baleia-sei, que precisou de proteção em 1978. A CBI mostrava mais uma vez ser incapaz de prevenir o desaparecimento das espécies através de suas estratégias de manejo.

As baleias são mamíferos e não peixes. Apesar disso, elas têm sido tratadas como peixes pela indústria da caça e por alguns governos interessados nessa atividade. A maioria das espécies de peixes se reproduzem quando a fêmea libera uma quantidade enorme de óvulos na água para

que possam ser fertilizados pelos machos. As baleias, entretanto, têm um longo período de gestação, dando à luz um único filhote a cada um ou dois anos. O filhote necessita de vários anos de cuidados (alimentação e aprendizado) até que possa viver por conta própria. Mesmo depois de se separarem da mãe, baleias jovens levam vários anos até atingir a maturidade sexual. Por essas razões, as baleias ainda não conseguiram se recuperar rapidamente da exploração comercial indiscriminada que sofreram.

Existe, também, uma falta de conhecimento sobre vários aspectos do ciclo de vida das baleias. Mesmo com meio século de pesquisa, a taxa de crescimento da população de baleias é precariamente conhecida devido à dificuldade em se estudar esses animais altamente migratórios, de vida longa e de reprodução lenta. E não há estimativas confiáveis sobre as taxas de natalidade e mortalidade natural de animais recém-nascidos ou jovens.

Isto acontece porque as baleias passam sua vida em alto mar, aproximando-se da costa somente durante o período de reprodução. Desse modo, é impossível contar diretamente a população – ao invés disso elas têm que ser estimadas. Essas estimativas são baseadas na contagem de baleias avistadas de cada lado de um barco de inspeção, de acordo com os ziguezagues que a embarcação faz num percurso definido em uma determinada área do oceano.

Uma vez que somente uma pequena porcentagem de baleias, de qualquer população, é vista na superfície quando o barco passa, os cálculos aproximados são feitos a partir desse número avistado, dando uma estimativa da quantidade de baleias de cada espécie presentes em toda a região estudada. Portanto, toda a estimativa populacional está baseada na visualização de uma fração minúscula da população real. Por exemplo, em 1995, um estudo norueguês sobre baleias-minke fez

¹ Soma da massa de todos os indivíduos que compõem uma população, no caso, a de uma espécie de baleias.



29 avistagens a leste do Mar de Barent. Os cálculos aproximados revelaram uma população de 16.101 indivíduos, ou seja, 500 vezes mais do que o número de baleias avistadas.

São usadas fórmulas matemáticas para calcular o número total de baleias a partir de números menores resultantes das avistagens reais. Essas fórmulas tentam levar em conta diversas variáveis, tais como o fato de que certas espécies de baleias tendem a crescer juntas em certas áreas. E é nessas fórmulas que existe um potencial enorme para erros acumulados. Estudos sucessivos de uma mesma área podem apresentar diferenças nos resultados que variam em até cinco vezes para mais ou menos o número de indivíduos estimados.

Foi por reconhecer a extrema dificuldade de se manejar a caça, (pois o resultado era a contínua diminuição das populações de baleias), que a CBI decretou uma moratória na caça comercial em 1986. (A caça aborígene, feita por comunidades tradicionais para fins de subsistência, ainda é permitida.)

Apesar da moratória, a atenção da indústria da caça, agora, está voltada para a baleia-minke, a menor das baleias de barbatana ou baleias verdadeiras. As baleias-minke não foram afetadas tão dramaticamente como as demais espécies de grandes baleias, porque sua exploração começou justamente quando as populações das baleias de tamanho maior (azul, sei, fin, jubarte, franca) estavam quase exterminadas (1930, no Atlântico Norte e 1972, na Antártica). E também porque tanto a moratória à caça implementada pela CBI como a presença da baleias-minke no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES)² tornaram mais difícil a expansão da indústria baleeira.

Além disso, sabemos menos sobre as pequenas baleias-minke que sobre as

demais grandes baleias do planeta. Ainda existe muita discordância sobre a quantidade exata dessas baleias nos oceanos, especialmente no Atlântico Norte. A identificação da idade dos animais é mais difícil que em outras espécies e em alguns lugares é impossível determiná-la. A determinação das rotas migratórias e das áreas de reprodução próximas aos trópicos continuam um mistério, exceto talvez no sudoeste Atlântico.

Não são somente os aspectos biológicos das baleias que precisam ser considerados, mas também a constante violação das regras internacionais pela indústria baleeira. Em 1994, descobriu-se que, durante os anos 60 e 70, a frota baleeira soviética na Antártica estava envolvida em um gigantesco esquema organizado de fraudes, capturando dezenas de centenas de baleias a mais do que permitido em suas quotas, inclusive de espécies ameaçadas. Naquela época, algumas dessas trapaças continuaram, sem que pudessem ser percebidas, mesmo depois que a CBI introduziu um Esquema de Observador Internacional a bordo dos navios de captura.

Em 1998, foi revelado que, no Pacífico Norte, navios baleeiros soviéticos também se envolveram no contrabando de grande escala e, na costa japonesa, a indústria baleeira capturou cachalotes³ para a produção de óleo de baleia, mas falsificou relatórios para a CBI sobre o número, comprimento e gênero das baleias capturadas. O contrabando japonês continuou até 1987, quando a indústria foi forçada a fechar devido à moratória comercial da CBI, ao colapso do mercado do óleo de baleia e à inclusão dos cachalotes no Anexo I da CITES.

São exatamente essas leis internacionais que têm garantido, até hoje, a preservação das espécies de grandes baleias do planeta. Sem estas medidas, as populações dos maiores mamíferos do planeta já teriam sido completamente extintas.

² O Anexo I da CITES é uma lista de espécies da fauna e da flora que não podem ser comercializadas, nem seus produtos, devido ao alto risco de extinção a que estão submetidas.

³ Único tipo de grande baleia que possui dentes ao invés de barbatanas.



SANTUÁRIOS – PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Depois de décadas de caça descontrolada e da redução drástica das populações de baleias, uma moratória comercial foi estabelecida em 1986. Entretanto, o Japão e a Noruega utilizaram lacunas dentro da proibição internacional para continuar a caça comercial por causa da sua lucratividade. Estes países também argumentam que, por definição, uma moratória não é feita para ser permanente.

Outros mecanismos tornaram-se necessários, então, para assegurar a sobrevivência das baleias. Um desses mecanismos é a criação de santuários – lugares seguros, abrigos – que fornecem uma proteção à longo prazo contra a caça comercial.

A idéia de santuários para as baleias não é nova. O primeiro santuário internacional de baleias foi estabelecido pela Comissão Baleeira Internacional (CBI). Simplesmente chamado de "O Santuário", a área cobriu um quarto do oceano Antártico, entre a América do Sul e a Nova Zelândia. O Santuário protegeu as baleias até 1955 quando, sob pressão da indústria baleeira devido à redução de capturas na Antártica, foi extinto. Em um ano, a área do santuário estava gerando 25% da captura total de baleias na Antártica e nunca mais voltou a ser um refúgio para as baleias até que a moratória da CBI trouxesse um fim à caça comercial, em 1986.

Em 1979, a CBI concordou em estabelecer um Santuário de Baleias no Oceano Índico, protegendo as baleias nas suas áreas de reprodução e de amamentação de filhotes. Quinze anos depois, em 1994, a CBI estabeleceu o Santuário de Baleias do Oceano Antártico. Ele cobre todas as águas que cercam a Antártica e protege três quartos das populações de baleias do mundo em suas áreas de alimentação. Ambos os santuários existem até hoje.

Na reunião da CBI de 1998, foram apresentados os planos para a criação de mais dois santuários. O Santuário de Baleias do Pacífico Sul, sugerido pela Austrália e Nova Zelândia, e o Santuário de Baleias do Atlântico Sul, sugerido pelo Brasil. Se forem aceitos, esses novos santuários complementarão a área atualmente protegida pelo Santuário do Oceano Antártico.

Essa área protegida, que irá desde as águas congeladas da Antártica até as quentes do Equador, é vital se quisermos uma conservação efetiva das baleias. A maioria das baleias é migratória, alimentando-se nas águas da Antártica, ricas em nutrientes, durante o verão. Durante o inverno antártico, elas viajam para as águas tropicais mais quentes, para procriar e amamentar seus filhotes. Quando o verão tropical começa, as baleias fazem um longo caminho de volta às áreas de alimentação na Antártica. Como é muito raro as baleias atravessarem o Equador, o estabelecimento desses santuários significaria que as baleias do Hemisfério Sul poderiam viver a vida toda em uma área livre da caça comercial.

Entretanto, o regime de santuários está ameaçado. A indústria baleeira japonesa está fazendo o que chama de caça 'científica' de baleias dentro do Santuário Antártico. Esta atividade, feita em desacordo com a legislação internacional, tem o objetivo de pressionar a comunidade internacional a abandonar o Santuário Antártico, e ameaça o estabelecimento de novos santuários. Além disso, a caça 'científica' enfraquece o objetivo do santuário de proteger as baleias da caça comercial, pois a carne de baleias mortas por motivos 'científicos' é vendida no mercado, gerando mais lucro e não ciência.



Desde o final do século XIX, a maioria das populações de baleias esteve próxima do extermínio devido à caça comercial. Apesar da moratória contra a caça, imposta pela comunidade internacional em 1986, as baleias ainda estão ameaçadas. Países como o Japão e a Noruega continuam pressionando para que a caça comercial seja reaberta e suas indústrias baleeiras possam operar em todos os oceanos.

Uma maneira eficiente de garantir mais proteção às baleias é a criação de santuários, áreas onde a caça é proibida, não só temporariamente, mas por tempo indeterminado, e onde a pesquisa e o aproveitamento do potencial turístico da observação de baleias (o *whalewatching*) são encorajados.

O Santuário de Baleias do Oceano Antártico, criado em 1994 pela Comissão Baleeira Internacional (CBI), abrange todas as águas que cercam a Antártica e protege três quartos das populações de baleias em suas áreas de alimentação. O santuário protege as populações mais reduzidas como as baleias azul, fin, sei e a jubarte, e também a única população de baleias que não foi seriamente afetada pela caça - as baleias-minke -, que vivem na Antártica. Atualmente, existem outros santuários sendo planejados que poderão ampliar a área de proteção do Santuário Antártico por incluir áreas de reprodução e as rotas de migração, protegendo todo o ciclo de vida das populações de baleias que vivem no Hemisfério Sul.

As forças a favor da caça, porém, estão tentando acabar com a idéia de proteção dos santuários e querem, não apenas que o Santuário do Oceano Antártico seja extinto, mas também, bloquear a introdução de novos santuários. As agências governamentais do Japão e a indústria baleeira japonesa têm sido particularmente

CAÇA NO SANTUÁRIO - ILEGAL

muito ativas nesse sentido. Atrás do disfarce da caça 'científica' esse país vem caçando centenas de baleias todos os anos dentro das fronteiras do Santuário do Oceano Antártico.

A continuidade da caça japonesa na Antártica tem sido condenada repetidas vezes pela comunidade internacional e, na verdade, desrespeita leis internacionais, em particular a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Em 1982, 156 países adotaram a UNCLOS, que se tornou uma lei internacional em setembro de 1996. Por ser uma convenção internacional todas as nações que a ratificaram assumiram um compromisso legal de cumprir a Convenção. Entre elas, estão as nações baleeiras, Japão e Noruega.

A UNCLOS estabelece os direitos e deveres dos países com relação ao uso do mar. Um dos deveres se refere especificamente à proteção de mamíferos marinhos. Os artigos 65 e 120 da UNCLOS estabelecem que todos os estados-membros devem cooperar para a conservação dos mamíferos marinhos e, no caso dos cetáceos, devem, em particular, trabalhar com as organizações internacionais apropriadas para garantir sua conservação, manejo e estudo.

A organização internacional apropriada neste caso é a CBI, que tem a tarefa de assegurar a conservação e o manejo das populações de baleias ao redor do mundo. Como parte de seus esforços para salvar da extinção as populações remanescentes, a CBI estabeleceu uma série de mecanismos. O mais recente foi o Santuário de Baleias do Oceano Antártico, que proíbe a caça comercial de baleias em uma área determinada, no Oceano Antártico, ao redor do Pólo Sul.

O Santuário Antártico foi adotado por unanimidade. O único país que votou contra o santuário foi o Japão. Este país registrou também uma objeção à decisão e desde então continua a caçar baleias no Santuário Antártico.

O Japão justifica suas ações reivindicando que a caça de baleias que realiza no Oceano Antártico não é comercial por natureza, mas

'científica'. Porém, a CBI julgou que o programa de caça 'científica' japonês "não traz dados de importância crítica para a pesquisa necessária para o manejo da caça de baleias no Oceano Antártico" e por isso é desnecessária e precisa parar.

Todos os anos, em reação à continuidade da caça japonesa no Santuário Antártico, a CBI aprova uma resolução condenando o Japão e apela para que o país interrompa o programa 'científico'. E todos os anos a frota japonesa ignora as resoluções e apelos da CBI e parte para águas antárticas para capturar mais baleias.

A UNCLOS exige que o Japão coopere com a CBI em relação à caça de baleias. No momento, o Japão não pode alegar que está cooperando com a CBI porque:

- objetou uma medida de proteção aprovada quase que unanimemente na CBI
- ignora as inúmeras resoluções que a CBI aprova contra a caça japonesa
- ignora a avaliação da CBI sobre o seu auto-intitulado programa de caça 'científica'
- continua a caçar baleias na área designada como Santuário Antártico

O Japão está, portanto, desrespeitando os requisitos dos Artigos 65 e 120 não apenas porque não coopera para a conservação de mamíferos marinhos, mas especificamente porque não trabalha através das organizações internacionais apropriadas para conservação, manejo e estudo dos cetáceos. Longe de estar trabalhando através da CBI para a conservação, manejo e estudo das baleias, o Japão está conduzindo sua caça de baleias - e seu, assim chamado, programa de caça 'científica' - apesar das repetidas condenações da CBI.

Agora que estamos à porta de um novo milênio, é mais que hora de se relegar a caça de baleias ao seu devido lugar: ela está entre as mais antiquadas práticas destrutivas que tanto prejudicaram o planeta nos últimos mil anos. É hora de parar com a caça ilegal na Antártica!